

**Joana da Costa Macedo**  
**Raquel Balmant Emerique**

**9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Grupo de Trabalho [21]**  
**Políticas e Práticas Institucionais de Incentivo à Docência em Ciências  
Sociais**

**Meio Ambiente e Ensino de Sociologia: um diálogo possível**

**São Paulo/SP**  
**2025**

## MEIO AMBIENTE E ENSINO DE SOCIOLOGIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Joana da Costa Macedo<sup>1</sup>  
Raquel Emerique<sup>2</sup>

### RESUMO

O Programa de Incentivo à Docência na Graduação (Prodocência), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é uma política institucional voltada à valorização da docência nos cursos de bacharelado e licenciatura, por meio do estímulo a pesquisas e projetos. Este trabalho tem como objetivo apresentar o projeto Conexões Sociológicas: qualificando o ensino de Sociologia na graduação e na Educação Básica (Prodocência/UERJ) e discutir sua articulação com o ensino de Sociologia e com as práticas docentes na educação básica. A partir da produção de conteúdos didáticos, o projeto resultou na criação de um site que funciona como repositório de recursos educacionais abertos, voltado a docentes e discentes da educação básica, bem como a professores formadores, pesquisadores e demais interessados na interface entre Ciências Sociais e Educação. Além do site, a iniciativa favoreceu a proposição de alternativas institucionais para a qualificação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UERJ, com foco na permanência, conclusão e inserção profissional dos estudantes.

**Palavras-chave:** Ensino Médio – Brasil; Prodocência – UERJ; Ensino de Sociologia; Educação Ambiental Crítica.

### INTRODUÇÃO

Nas décadas de 2000 e 2010, a expansão da educação superior no Brasil foi impulsionada pela proliferação de licenciaturas em instituições públicas e privadas, tanto em formato presencial quanto na modalidade a distância (EaD) (Vieira et al., 2023). A partir dos anos 2020, contudo, um novo fenômeno passou a preocupar especialistas e gestores educacionais: o chamado “apagão das licenciaturas”<sup>3</sup>. Dados do Censo da Educação Superior (CES) apontaram para uma retração nas matrículas em cursos presenciais, especialmente em áreas como Ciências Sociais, Filosofia, Artes e, na modalidade EaD também em Música<sup>4</sup>. Essa diminuição da procura por licenciaturas tem desdobramentos sobre os sistemas

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, ICS/Uerj, RJ - [jocsmacedo@gmail.com](mailto:jocsmacedo@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, ICS/Uerj, RJ – [raquelemerique.uerj@gmail.com](mailto:raquelemerique.uerj@gmail.com)

<sup>3</sup> O termo indica um risco, em futuro próximo, de que o Brasil não tenha professores para atuarem na educação básica em número suficiente para atender à demanda do sistema escolar devido à baixa procura por cursos de licenciatura e à desistência de estudantes desses cursos. Queiroz, Christina. Crise nos programas de licenciatura. Pesquisa Fapesp, edição 332, out. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/crise-nos-programas-de-licenciatura/> Acesso em junho de 2025.

<sup>4</sup> O Globo. *O Brasil sob ameaça de apagão: estudo prevê déficit de professores por desinteresse pela carreira*, 29/09/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2022/09/em-risco-de-apagao-deficit-de-professores-em-todas-as-etapas-da-educacao-basica-pode-chegar-a-235-mil-mostra-estudo.ghtml>

Acesso em junho de 2025 O Globo. *O combate ao apagão docente*, 011/05/20225. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2025/05/combate-ao-apagao-docente.ghtml> Acesso em junho de 2025.

escolares. A discrepância entre a formação docente e as disciplinas ministradas nas escolas é um indicador indireto (*proxy*) do efeito deste processo. Segundo dados do CES, a Sociologia é uma das componentes curriculares com maior índice de distorção, mesmo quando consideradas as especificidades regionais. Tal cenário sugere a presença de entraves no processo de transição entre a conclusão da formação e a inserção profissional, como por exemplo, o abandono da carreira ou a escassez de oportunidades de trabalho (falta de concursos públicos, por exemplo).

Outro elemento a ser considerado é a transformação da formação inicial docente no Brasil, cada vez mais estruturada a partir de diretrizes do Conselho Nacional de Educação, que consolidaram a separação entre licenciaturas e cursos de bacharelado<sup>5</sup>. Resta saber se esse movimento, que visa à construção de identidades profissionais docentes mais definidas, tem contribuído para atrair e manter os estudantes nos cursos de licenciatura, bem como facilitar sua transição para o mercado de trabalho.

Em resposta a esse contexto, o governo federal lançou o programa *Mais Professores para o Brasil* (Brasil, 2025), cujo mote é a valorização, qualificação e incentivo à docência na Educação Básica — três eixos sensíveis que impactam profundamente o sistema educacional brasileiro e operam na reprodução e no enfrentamento das desigualdades educativas. Como o programa decorre de diagnósticos construídos a partir de avaliações e levantamentos nacionais (Enade, Censo da Educação Superior, Censo Demográfico, entre outros), torna-se essencial inventariar as ações das instituições de ensino superior (IES) e seus impactos na formação docente. Em outras palavras, é necessário investigar o que as IES e seus agentes estão fazendo para promover, qualificar e valorizar a formação docente.

Diante disso, é fundamental inserir na agenda da comunidade acadêmica — especialmente entre pesquisadores e professores da educação básica (EB) — a discussão sobre políticas e práticas institucionais de apoio à formação e inserção profissional de licenciandos em Ciências Sociais, como forma de enfrentamento das desigualdades educacionais que atravessam os percursos formativos. Faz-se necessário compreender: (1) de que modo as instituições incentivam a permanência e a conclusão dos cursos por meio de políticas voltadas à formação docente; (2) como os diferentes atores educativos (gestores, coordenadores, docentes, técnicos e estudantes) percebem a profissão docente, particularmente na área das Ciências Sociais; (3) quais práticas institucionais têm promovido maior êxito na formação e na inserção de egressos na carreira docente; e (4) como o mundo

---

<sup>5</sup> A mais recente normativa é a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 (Brasil, 2024).

do trabalho tem se configurado para esses futuros profissionais e como ocorre sua transição para a docência.

É certo que há uma vasta produção acadêmica sobre a permanência no ensino superior sob a ótica material e assistencial. Mais recentemente, têm ganhado destaque as dimensões da permanência simbólica — vinculada ao sentimento de pertencimento ao espaço universitário — e do apoio acadêmico propriamente dito (Heringer, 2022). Nesse sentido, a maneira como os estudantes se vinculam à sua formação tem se revelado decisiva para sua permanência e conclusão do curso. Por isso, torna-se essencial identificar práticas institucionais de acolhimento e apoio acadêmico aos licenciandos, capazes de potencializar o êxito formativo e a inserção profissional.

Nesse contexto, o Programa de Incentivo à Docência na Graduação (Prodocência) — uma iniciativa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), voltada para a valorização da docência e o apoio acadêmico discente — propõe-se como uma resposta prática e crítica a esses desafios. Este artigo parte das reflexões geradas na última etapa do projeto *Conexões Sociológicas: qualificando o ensino de Sociologia na graduação e na Educação Básica* (Edital Prodocência/UERJ 2022), no momento em que a equipe se dedicava à elaboração do módulo didático Meio Ambiente e Sociedade.

No decorrer do texto, descreveremos inicialmente o projeto *Conexões Sociológicas*. Em seguida, faremos um breve panorama sobre a institucionalização da Educação Ambiental (EA) e do Ensino de Sociologia (ES) no sistema escolar brasileiro entre 1990 e os dias atuais, com o objetivo de identificar suas convergências e desafios no atual cenário educacional. Em nossas considerações finais apresentaremos os achados do núcleo Prodocência no que se refere às aproximações possíveis entre EA e ES no currículo do Ensino Médio, discutiremos os desdobramentos práticos do núcleo, com destaque para os produtos de caráter institucional: o site *Conexões Sociológicas* e as ementas elaboradas para disciplinas do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UERJ e para o curso de pós-graduação *lato sensu* que será implementado em breve.

## 1. CONEXÕES SOCIOLÓGICAS

O projeto *Conexões Sociológicas: qualificando o ensino de Sociologia na graduação e na Educação Básica* insere-se no escopo das ações do Programa de Incentivo à Docência na

Graduação (Prodocência) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>6</sup>, cuja finalidade é fomentar a renovação das práticas pedagógicas e valorizar a docência no ensino superior<sup>7</sup>. Configura-se, igualmente, como uma política institucional de apoio acadêmico, ao incentivar a permanência dos estudantes por meio da concessão de Bolsas de Articulação Acadêmico-Profissional (BAAP)<sup>8</sup>. Essa estrutura favorece a constituição de núcleos de trabalho em diferentes unidades acadêmicas da universidade.

O *Conexões Sociológicas* foi concebido com o propósito de integrar essas dimensões, tendo como produto final a criação de um acervo de Recursos Educacionais Abertos (REA) disponibilizados em um site de acesso público e gratuito (UNESCO, 2011). O repositório digital tem como público-alvo estudantes do Ensino Médio — especialmente da rede pública estadual fluminense —, professores(as) de Sociologia e da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), docentes formadores e demais interessados na interface entre Ciências Sociais e Educação. A equipe do núcleo é composta por duas professoras do Departamento de Sociologia da UERJ, atuantes na formação de licenciandos em Ciências Sociais, cinco estudantes bolsistas Prodocência, uma bolsista de extensão e um bolsista técnico do PROATEC.

O núcleo Conexões Sociológicas dedicou-se à análise crítica de documentos curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e os da SEEDUC-RJ (Rio de Janeiro, 2022), bem como à leitura sistemática de obras didáticas de Sociologia, da área de CHSA e do Projeto de Vida. O objetivo foi identificar objetos de conhecimento que subsidiassem a elaboração de conteúdos pedagógicos sintonizados com a prática docente, as demandas da Educação Básica e os desafios contemporâneos da formação escolar. A produção didática desenvolvida pelos estudantes passou por revisão de conteúdo e linguagem pelas docentes. Reuniões regulares, realizadas em frequência semanal ou quinzenal, possibilitaram aprofundamento teórico nas áreas das Ciências Sociais e do Ensino de Sociologia. Além disso, foram promovidas oficinas sobre o uso de ferramentas digitais e a

---

<sup>6</sup> AEDA 051/reitoria/2021 criou o Prodocência. Disponível em [https://www.pr1.uerj.br/documentos/2021/AEDA%2051%20-%20Cria%20o%20Prodoc%C3%Aancia\\_15-10-2021.pdf](https://www.pr1.uerj.br/documentos/2021/AEDA%2051%20-%20Cria%20o%20Prodoc%C3%Aancia_15-10-2021.pdf) Acesso junho de 2025. O Edital Prodocência/Uerj nº 35/2021 está disponível em <https://www.uerj.br/wp-content/uploads/2022/01/edital-prodoce%CC%82ncia.pdf> e o Edital 46/2022 está disponível em <http://www.graduass.uerj.br/pdfs/edital-prodocencia-2022.pdf> Acesso em junho de 2025.

<sup>7</sup> A vigência dos projetos prescrita pelo Edital Prodocência/Uerj 2022 era de 24 meses. Contudo, após esse prazo foi prorrogada por oito meses. Com a mudança no desenho do programa, a PR1/Uerj prorrogou novamente até 30 de setembro 2025. Diante disto projeto *Conexões Sociológicas*, em andamento, terá duração de 36 meses.

<sup>8</sup> Os coordenadores dos projetos são professores dos quadros efetivos da instituição e são contemplados com bolsas BAAP.

elaboração de conteúdos pedagógicos utilizando recursos como imagens, vídeos, podcasts, literatura, documentos históricos, música outros.

O foco deste artigo não recai sobre a análise das produções dos estudantes. Interessa-nos destacar o processo de sistematização realizada na última etapa do projeto, iniciada em fevereiro de 2025, voltada à construção do módulo Meio Ambiente e Sociedade, concebida como resposta às limitações identificadas na abordagem do tema ambiental nos livros didáticos avaliados, sobretudo os aprovados no Edital 2021 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (Brasil, 2021)<sup>9</sup>. Embora o meio ambiente esteja presente nas coleções da área de CHSA — incluindo um volume específico sobre o tema —, a abordagem sociológica geralmente se mostra fragmentada, o que compromete sua relevância formativa no campo das Ciências Humanas.

Em contraponto, o núcleo do projeto elaborou uma sequência didática estruturada em sete unidades, apoiada em referenciais teóricos da Sociologia Ambiental, Antropologia Ambiental e Ecologia Política. A proposta estabeleceu conexões entre as dimensões estruturais da crise ambiental e os processos históricos, culturais e sociais que a configuram.

Do ponto de vista institucional, o *Conexões Sociológicas* exemplifica o papel estratégico que projetos apoiados pelo Prodocência podem desempenhar na formação inicial docente. Ao promover a inserção dos licenciandos em experiências de análise curricular, produção de material pedagógico e reflexão crítica sobre a prática docente, o projeto contribui não apenas para sua formação acadêmica, mas também para o fortalecimento dos vínculos com a universidade, com a profissão e com os sentidos sociais da docência em Ciências Sociais. Essa proposta dialoga com os objetivos mais amplos do Prodocência, que busca enfrentar os desafios do ensino superior por meio de ações articuladas de valorização docente, apoio acadêmico e aproximação entre universidade e escola básica<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> O Edital PNLD/MEC 2021 estabeleceu que as obras didáticas deveriam ser organizadas por área de conhecimento e não por disciplinas (ou componentes curriculares). Para a área de CHSA foram aprovadas 14 coleções compostas por seis volumes, com objetos de conhecimento de Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Talvez o formato adotado tenha comprometido o aprofundamento dos diversos objetos de conhecimento destas componentes curriculares. Contudo, no que tange ao tema meio ambiente e sociedade, observamos que as lacunas já estavam presentes nas obras de Sociologia dos editais do PNLD dos anos de 2012, 2015 e 2018. Direcionamos a análise dos livros didáticos para outro trabalho submetido ao CP 18 – Ensino de Sociologia, do 22º Congresso Brasileiro de Sociologia – 15 a 18 de julho de 2025, USP-SP.

<sup>10</sup> A avaliação dos efeitos formativos que o projeto provocou nos estudantes envolvidos serão discutidos em outros espaços de circulação acadêmica. É importante ressaltar que as experiências construídas no núcleo Prodocência vem sendo integrada em algumas das disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em CS/Uerj, ministradas por uma das autoras deste trabalho.

## **2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENSINO DE SOCIOLOGIA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: CONFIGURAÇÕES ANTES E DEPOIS DA BNCC**

### *Educação Ambiental no Brasil*

A institucionalização da Educação Ambiental (EA) no Brasil é resultado de um longo processo de mobilização social, articulação internacional e incorporação progressiva de discursos sobre sustentabilidade no campo educacional. Desde as primeiras iniciativas estatais na década de 1970, marcadas por uma forte influência conservacionista e tecnicista, até a consolidação de políticas públicas voltadas à dimensão crítica da EA, observa-se uma trajetória marcada por tensões conceituais, disputas por sentidos e diferentes projetos pedagógicos.

As primeiras formulações sobre EA no país se alinharam a uma visão preservacionista da natureza, orientada para a conservação dos recursos naturais e a manutenção dos sistemas ecológicos. Influenciada por organismos internacionais e por diretrizes ambientais de viés desenvolvimentista, a EA foi inicialmente pensada como estratégia de educação para o consumo responsável e para a gestão racional do meio ambiente. Durante esse período, predominavam abordagens que concebiam o ambiente como um espaço externo ao sujeito social, dissociado das contradições sociais e históricas que estruturam a relação entre sociedade e natureza.

Nos anos 1980 e, sobretudo, nos anos 1990, o debate brasileiro sobre EA foi progressivamente incorporando perspectivas críticas, em sintonia com os movimentos sociais, com a emergência do conceito de justiça ambiental (Acselrad, 2009) e com as pedagogias freireanas. Esse movimento ganha força com a promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988) que em seu Artigo 225 estabelece a obrigação do poder público de promover a EA em todos os níveis de ensino. Esse princípio é ampliado com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que representa o principal marco legal da EA no Brasil<sup>11</sup>. A PNEA define a EA como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada e transversal nos currículos das instituições de ensino formal e também como instrumento de mobilização na sociedade civil. A lei rompe com a ideia de que a EA deva se constituir como disciplina específica, reconhecendo seu caráter transversal, inter e multidisciplinar (Seguro, 2007; Tommasiello et al, 2015). Ao mesmo tempo, reafirma a indissociabilidade entre meio ambiente, cidadania e justiça social,

---

<sup>11</sup> Ver: Brasil, 1999; 2002; 2012.

aproximando-se de concepções críticas de educação (Layrargue, 2009). Contudo, a incorporação institucional da EA tem sido marcada por ambivalências. Por um lado, sua legitimação legal e curricular representa um avanço importante. Por outro, sua aplicação prática tem se revelado limitada, frequentemente reduzida a ações pontuais, normativas ou descoladas da realidade socioterritorial dos estudantes. A transversalidade, prevista como princípio, nem sempre se realiza como prática. Nesse contexto, emergem propostas como a Educação Ambiental Crítica (EAC), que se contrapõem a modelos conservacionistas e propõem uma abordagem situada, política e socialmente comprometida com a transformação das condições que produzem a crise ecológica.

**Quadro 1: Educação Ambiental no Brasil antes e depois da BNCC**

Dimensão	Antes da BNCC	Depois da BNCC
<b>Marco legal</b>	Baseada na Constituição (1988), LDB (1996), PNEA (1999) e Decreto 4.281 (2002).	Mantém a base legal anterior e passa a integrar a BNCC (2018).
<b>Visão pedagógica</b>	Enfoque variando entre conservacionista, comportamentalista e com baixo teor crítico.	Foco na formação ética, cidadania global, sustentabilidade e justiça socioambiental.
<b>Presença no Currículo</b>	Presente em leis e diretrizes como tema transversal, mas sem obrigatoriedade explícita nos currículos escolares.  Dependente de projetos extracurriculares ou iniciativas locais.	Reconhecida como tema transversal obrigatório em todas as etapas da Educação Básica.  Deve ser integrada ao currículo de forma interdisciplinar, por meio de competências e áreas do conhecimento.
<b>Práticas educativas</b>	Campanhas, semanas ambientais e projetos pontuais.  Os docentes são executores de práticas isoladas e pontuais, com pouca formação específica.	Projetos interdisciplinares, investigação local, protagonismo juvenil e integração com o território Fala-se em mediação de processos críticos e interdisciplinares, com necessidade de formação continuada.
<b>Desafios</b>	Faltava normativas curriculares claras; pouca valorização institucional.	Risco de invisibilidade nas práticas curriculares escolares. Depende de integração aos PPP e da formação inicial e continuada docente.

Quadro elaborado pelas autoras.

Desde sua formulação, a BNCC tem defendido a ideia de transversalidade como princípio metodológico e epistemológico que orienta o tratamento de temas contemporâneos de interesse social no currículo da Educação Básica. No Ensino Médio, a transversalidade é

apresentada como estratégia para articular o desenvolvimento de competências e habilidades a partir de temas que atravessam as diversas áreas do conhecimento e mobilizam múltiplas dimensões da vida social.

Em termos metodológicos, a transversalidade na BNCC propõe a superação da fragmentação disciplinar tradicional, incentivando projetos interdisciplinares, práticas contextualizadas e aprendizagens integradoras. Já no plano epistemológico, ela implica reconhecer que certos objetos de conhecimento — como o meio ambiente — não pertencem a uma única área do saber, exigindo múltiplos olhares e a articulação entre ciência, ética, cultura e cidadania.

A Educação Ambiental aparece como um desses eixos e, segundo a BNCC, deve ser incorporada, “respeitando a pluralidade de saberes e culturas”, com foco na sustentabilidade, cidadania global e consciência ecológica. No entanto, essa formulação, embora formalmente avançada, tem sido objeto de críticas significativas na literatura especializada.

Autores como Guimarães (2007) e Loureiro e Cossio (2007) apontam que a transversalidade pode se transformar em uma diretriz difusa, muitas vezes retórica, deslocada de práticas pedagógicas reais e da organização institucional das escolas. Isto posto, a transversalidade do tema ambiental, em especial, na BNCC enfrenta três limites centrais:

1. *Dispersão*: a responsabilidade pela abordagem ambiental pode ficar dispersa entre os componentes curriculares.

2. *Prática de ensino*: orientação apenas por lógica comportamentalista, que apela para mudanças individuais (como consumo consciente e reciclagem) sem problematizar as bases sociais e econômicas da crise ecológica.

3. *Formação inicial e continuada*: ao atribuir ao “conjunto das áreas” a tarefa de abordar os temas transversais, pode-se evitar a formulação de uma política robusta de formação docente, de produção de recursos pedagógicos e avaliação para a transversalidade.

Esses limites comprometem a efetivação da EA e a transforma, na prática, em um ideal normativo de difícil concretização.

Como resultado, o meio ambiente — mesmo reconhecido como questão urgente — corre o risco de ser abordado de forma episódica, normativa ou até mesmo decorativa, sem integrar os processos centrais de construção do conhecimento na escola.

Portanto, embora a transversalidade na BNCC represente, em tese, uma abertura à interdisciplinaridade e à abordagem complexa de problemas contemporâneos, sua dispersão e falta de operacionalização pedagógica limitam significativamente seu potencial

transformador. No caso do meio ambiente, o desafio permanece: é preciso reconfigurar a transversalidade como estratégia institucional e política, que reconheça o papel central da escola na disputa por sentidos sobre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça socioambiental.

### ***Percurso do Ensino de Sociologia na EB a partir dos anos 1990 – desafios trazidos pela BNCC***

A trajetória da disciplina Sociologia no currículo da EB brasileira reflete as disputas históricas em torno do papel da escola na formação cidadã e da consciência crítica. Após décadas de ausência compulsória do ensino de Ciências Sociais nas escolas, marcadas sobretudo pela repressão durante o período ditatorial (Moraes, 2011), a Sociologia retorna ao cenário educacional nos anos 1990 sob a égide da redemocratização e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996). A partir de então, consolida-se como disciplina importante para a formação cultural, política, social, econômica e ética dos estudantes, com ênfase na leitura crítica da realidade e no reconhecimento da diversidade social. O reconhecimento da Sociologia como disciplina obrigatória em todo o Ensino Médio (Brasil, 2008) significou uma conquista importante para os defensores de uma formação integral e humanística. Contudo, esse processo foi tensionado pela Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017), que alterou profundamente a estrutura curricular, introduzindo os itinerários formativos (Ferreira; Santana, 2018).

No novo desenho curricular, consolidado pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) para o Ensino Médio, a Sociologia foi mantida na formação geral básica, mas sofreu com a redução da carga horária e com a diluição de suas especificidades disciplinares, ao ser incorporada como “componente curricular” da área CHSA. Tal reconfiguração tem gerado críticas de diversos setores acadêmicos e docentes, que apontam para uma marginalização da disciplina e para a perda de sua autonomia pedagógica (Silva, 2020). Em muitos contextos escolares, a presença da Sociologia passa a depender da valorização local e da disponibilidade de professores, ficando subordinada às diretrizes de flexibilização curricular. Ao mesmo tempo, essa reconfiguração abre espaço para a busca de novos arranjos pedagógicos, que articulem os saberes sociológicos com outras áreas do conhecimento.

A BNCC explicita que o meio ambiente deve ser abordado não apenas com a perspectiva natural ou ecológica, mas como um espaço de disputa, conflito e produção de significados culturais. Nesse sentido, a área de CHSA é chamada a problematizar a

apropriação dos recursos naturais, os modos de produção e consumo, os impactos das desigualdades socioespaciais e os riscos ambientais.

Nesse cenário, a Educação Ambiental Crítica (EAC) se apresenta como um campo estratégico de aproximação para a Sociologia e CHSA, especialmente por mobilizar temas como desigualdade, território, conflito, cultura e participação — todos altamente sensíveis ao olhar sociológico. A partir dessa interseção, torna-se possível discutir como a Sociologia pode contribuir para uma formação cidadã que reconheça o meio ambiente como dimensão histórica e política da vida social (Lopes, 2004; Martinez-Alier, 2007).

**Quadro 2: Ensino de Sociologia no Brasil antes e depois da BNCC**

Dimensão	Antes da BNCC	Depois da BNCC
<b>Marco legal da disciplina</b>	Obrigatória nos três anos do Ensino Médio (Lei 11.684/2008); reconhecida como componente autônoma (disciplina escolar).	Mantida na Formação Geral Básica, mas diluída dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
<b>Foco curricular</b>	Ênfase na construção do pensamento crítico e na análise de estruturas sociais, relações de poder, cultura e desigualdades.	Ênfase em competências e habilidades; conteúdos fragmentados em temas e práticas de vida social.
<b>Autonomia disciplinar</b>	Preservada enquanto disciplina com conteúdos próprios, abordagens teóricas e metodologias específicas.	Reduzida. Os conteúdos sociológicos aparecem transversalizados, nem sempre identificáveis como tal.
<b>Carga horária</b>	Presente nos três anos do Ensino Médio com previsão mínima de 800 horas anuais.	Redução da carga horária da formação geral; variação conforme arranjos dos itinerários formativos.
<b>Material didático (PNLD)</b>	Livros específicos de Sociologia (PNLD até 2018).	Livros interdisciplinares (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas); perda de centralidade do conteúdo sociológico.
<b>Formação docente</b>	Formação em Ciências Sociais reconhecida como requisito principal.	Permanece como requisito, mas professores enfrentam reconfiguração da disciplina em contextos interdisciplinares e com menor valorização institucional.

Quadro elaborado pelas autoras.

A proposta de transversalidade, embora avance na ruptura com o modelo disciplinar rígido, termina por enfraquecer os aportes teóricos próprios das disciplinas, colocando em risco a densidade conceitual necessária para a abordagem complexa do meio ambiente. A transversalidade sem articulação política e epistêmica pode converter-se em estratégia de neutralização dos conflitos e das leituras críticas (Loureiro, op cit).

Por fim, vale destacar que a abordagem do meio ambiente na BNCC reflete as disputas de sentido sobre a educação ambiental na política educacional brasileira. Enquanto setores vinculados à Educação Ambiental Crítica (EAC) defendem a inserção do tema como eixo transversal e estruturante da formação ética e cidadã, a BNCC parece oscilar entre essa proposta e um paradigma pragmático, centrado na adaptação dos sujeitos às exigências da sustentabilidade no mercado e na vida urbana.

Em síntese, embora a BNCC reconheça a relevância do meio ambiente como objeto de conhecimento e prática social, seu tratamento ainda carece de radicalidade teórica, coerência política e intencionalidade pedagógica. Para que a escola contribua de fato para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a justiça socioambiental, é necessário que os educadores reinterpretem o currículo oficial à luz de aportes críticos e das experiências territoriais dos estudantes, fortalecendo práticas escolares emancipadoras.

### **3. APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE O ES E A EAC NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO**

A proposta curricular para a área de CHSA atribui à Sociologia o papel de promover o pensamento crítico, a leitura das realidades sociais e o engajamento cidadão. Nesse horizonte, a aproximação com a EAC não apenas é possível, como se mostra desejável do ponto de vista epistemológico, pedagógico e político. A EAC, ao articular meio ambiente e sociedade como dimensões indissociáveis, propõe uma leitura crítica das relações socioambientais, centrada na ideia de justiça, equidade e pluralidade de saberes. Essa perspectiva converge com os objetivos formativos da Sociologia escolar, que busca introduzir os estudantes à compreensão das estruturas sociais e às dinâmicas de poder que moldam a vida coletiva. Ambas as abordagens se afastam de modelos pedagógicos que tratam os conteúdos como saberes estanques e valorizam práticas educativas que provoquem o pensamento, a problematização e a ação reflexiva.

A crise ambiental é compreendida pela EAC como resultado de um modelo de desenvolvimento calcado na exploração intensiva de recursos e na desigualdade socioeconômica. Para a Sociologia, tais processos são legíveis a partir de categorias como desigualdade social, classes sociais, trabalho, modo de produção, dominação, cultura e ideologia — categorias que se mostram fundamentais também para a análise das desigualdades socioambientais. Ao tratar de temas como urbanização, uso do solo, agricultura, industrialização, globalização e consumo, a Sociologia oferece um repertório

conceitual robusto para compreender a gênese dos conflitos ecológicos e das disputas territoriais.

No plano pedagógico, a integração entre Sociologia e EAC permite desenvolver projetos interdisciplinares com foco em realidades territoriais concretas, utilizando metodologias como etnografia, pesquisa-ação, entrevistas com lideranças comunitárias, entre outras estratégias que incentivam a escuta e a valorização dos saberes locais. A abordagem crítica da EA, ao se afastar de uma concepção meramente técnica ou moralista, abre espaço para que os estudantes compreendam o meio ambiente como dimensão da vida social, em constante disputa de significados e usos.

Do ponto de vista curricular, a transversalidade da Educação Ambiental encontra na Sociologia uma aliada privilegiada para a construção de projetos formativos integradores, que articulem os campos do conhecimento com o cotidiano e com os desafios do mundo contemporâneo. A EAC compartilha com a Sociologia o compromisso com a formação de sujeitos críticos e socialmente implicados, reconhecendo que as juventudes têm papel ativo na produção de alternativas para um futuro mais justo e sustentável.

Ao estabelecer conexões entre as desigualdades ambientais e os processos sociais, econômicos e políticos, a Sociologia oferece mediações conceituais que qualificam a abordagem dos temas ambientais na escola. Por sua vez, a EAC propõe uma ampliação da função da Sociologia no currículo, ao inseri-la em um debate transversal e territorializado, que convoca a disciplina a se posicionar frente às urgências do tempo presente. Trata-se, portanto, de um diálogo fecundo, que tensiona fronteiras disciplinares e convida à reinvenção das práticas pedagógicas a partir da escuta dos territórios, da valorização das experiências juvenis e da leitura crítica do mundo.

### ***Disciplinaridade e transversalidade***

A reformulação curricular proposta pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio impôs reconfigurações profundas à componente curricular Sociologia, contudo, ela ainda dispõe de um conjunto expressivo de objetos de conhecimento e categorias analíticas para tratar criticamente o tema meio ambiente e sociedade, tanto de maneira disciplinar quanto transversal. A leitura sociológica da questão ambiental rompe com a visão naturalizante do meio ambiente como “recurso” e desloca o foco para os processos sociais que produzem a degradação ecológica, as desigualdades territoriais e os conflitos ambientais.

### Quadro 3: Objetos de Conhecimento da Sociologia Escolar e articulações com o tema Meio Ambiente e Sociedade

Objeto de conhecimento / eixo temático	Contribuições para o debate ambiental
Trabalho e produção	Análise das relações entre modos de produção, exploração de recursos naturais e impactos ambientais; crítica ao modelo de desenvolvimento.
Cultura e identidade	Valorização das cosmologias indígenas, saberes populares e formas diversas de relação com a natureza; crítica à homogeneização cultural.
Poder e conflito	Estudo das disputas territoriais, movimentos sociais ambientais e políticas públicas; ênfase em justiça socioambiental.
Estrutura social e desigualdade	Compreensão dos impactos ambientais desiguais a partir de marcadores sociais da diferença; crítica à distribuição desigual dos riscos ecológicos.
Relações étnico-raciais e de gênero	Análise das intersecções entre opressões sociais e ambientais; destaque para o protagonismo de mulheres, povos indígenas e comunidades negras na resistência ecológica.
Modernidade e globalização	Discussão sobre riscos ecológicos globais, mudanças climáticas, sociedade de consumo e desafios do desenvolvimento sustentável.

Quadro elaborado pelas autoras.

A inclusão das relações étnico-raciais e de gênero amplia a complexidade da abordagem ambiental ao destacar que os impactos ecológicos não são neutros. Mulheres — especialmente mulheres negras, camponesas e indígenas — frequentemente assumem funções de cuidado e resistência em contextos de escassez de recursos, violação de direitos e devastação de territórios. Do mesmo modo, os povos indígenas e comunidades quilombolas vivenciam conflitos ecológicos como expressão da continuidade da colonialidade do poder e da invisibilização de seus saberes e modos de vida. Ao tratar dessas interseccionalidades, a Sociologia escolar fortalece a perspectiva de uma justiça socioambiental, integrando o debate sobre o meio ambiente às lutas por equidade.

Transversalmente, a Sociologia também contribui para qualificar a abordagem multidisciplinar do tema. Ao lado da Geografia, da História e da Filosofia, ela pode ajudar a estruturar projetos que articulem os saberes escolares com os saberes territoriais, que promovam o diálogo com movimentos sociais e que valorizem experiências comunitárias de resistência e cuidado com a terra. Sua contribuição está, sobretudo, na capacidade de problematizar a realidade e historicizar os processos sociais, algo essencial para que a EA supere o enfoque conservacionista e se torne efetivamente crítica.

A Sociologia escolar pode se aliar a Educação Ambiental Crítica e contribuindo para a formação de sujeitos que compreendam o meio ambiente não como paisagem neutra, mas como campo de disputas sociais, desigualdades históricas e possibilidades de transformação coletiva. Mas como foi dito anteriormente, os(as) professores(as) de Sociologia enfrentam desafios consideráveis para realizar essa mediação - desde falta de formação específica, sobrecarga curricular, ausência de materiais didáticos até a falta de valorização de sua contribuição no currículo todo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apresentamos aqui um conjunto de reflexões sobre a potencialidade que há no diálogo entre o Ensino de Sociologia e da Educação Ambiental no contexto da BNCC e do Novo Ensino Médio. Essas reflexões são frutos do trabalho de produção de conteúdos didáticos para o acervo digital situado no site Conexões Sociológicas, em que pudemos juntos elaborar a sequência didática, discutir o conteúdo das aulas-textos e elaborar diversas atividades a partir de diferentes recursos didáticos. Para a construção dos materiais didáticos, tomamos a linguagem própria dos jovens cariocas como mediação para o desenvolvimento de diversas habilidades cognitivas e aprendizagem dos objetos de conhecimento (ver Anexo 1).

Desta experiência, com os estudantes vinculados ao núcleo Prodocência surgiram dois desdobramentos: 1) incorporar imediatamente o aprendizado prático decorrente do projeto nas disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/Uerj; 2) elaboração de duas novas ementas para a licenciatura discutindo: a) a fundamentação teórico-metodológica da Sociologia Ambiental e pesquisas de referência e b) articulando teoria e prática na formação inicial a partir da temática do meio ambiente, bem como a transversalidade e interculturalidade no ensino de Sociologia (Ver Anexos 2 e 3).

Essa experiência sinaliza, em nosso entendimento, para o fortalecimento institucional da Licenciatura em Ciências Sociais da Uerj – qualificando o ensino, pesquisa e extensão – e para a permanência estudantil no curso. Esperamos que futuramente consigamos identificar o impacto na prática profissional dos nossos estudantes.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri et al. *O que é Justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta o art. 2º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 jun. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm). Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/publicado-decreto-que-institui-programa-mais-professores>. Acesso em: [coloque aqui a data de acesso].

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e de Sociologia no ensino médio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 jun. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm). Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e nº 11.494, de 20 de junho de 2007; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a reforma do ensino médio. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Caderno Meio Ambiente: educação ambiental, educação para o consumo*. Curadoria de Maria Luciana da Silva Nóbrega. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. (Série Temas Contemporâneos Transversais. Base Nacional Comum Curricular – BNCC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 15 jun. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf). Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-2024-563084558>

Acesso em: junho de 2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Guia do livro didático do PNL D 2021 – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Brasília, DF: Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNL D/MEC, 2021. Disponível em: <https://chatgpt.com/g/g-p-6858092c4028819182dbc36e5ce51f61-educacao-ambiental/c/685c1fde-62e8-8005-9420-4290f801920b> Acesso em junho de 2025.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego. A Reforma do Ensino Médio e o Ensino de Sociologia. In *Revista Perspectiva Sociológica*, n.º 21, 1º sem. 2018, pp. 41-53.

Disponível em:

<file:///C:/Users/gpcse/Downloads/marceloaraujo,+4+ART+1+A+REFORMA+DO+ENSINO+M%C3%89DIO+E+O+ENSINO+DE+SOCIOLOGIA+41-53.pdf> Acesso em junho de 2025.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: In: MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (Coords.) *Vamos cuidar do Brasil? Conceitos e práticas em Educação Ambiental*. Brasília, DF: Ministério da Educação (Coordenação Geral de Educação Ambiental); Ministério do Meio Ambiente (Departamento de Educação Ambiental), UNESCO, 2007, p. 85-93.

HERINGER, Rosana. *Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisas*. Cadernos de Estudos Sociais, v. 37, n. 2, p. 55–76, dez. 2022. DOI: 10.33148/CES(2143).

LAYRARGUE, Philippe Pomier. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. & Castro, R. de S. (Orgs.). *Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez. p. 11-31. 2009.

LOPES, S.L. (Coord.) *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOUREIRO, C. F. B., COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental”. In: MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (Coords.) *Vamos cuidar do Brasil? Conceitos e práticas em Educação Ambiental*. Brasília, DF: Ministério da Educação (Coordenação Geral de Educação Ambiental); Ministério do Meio Ambiente (Departamento de Educação Ambiental), UNESCO, 2007, p. 57–63.

MARTINEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, A. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade.

*Cadernos CEDES*, 31(85), 2011, p. 359–382. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622011000300004> Acesso em junho de 2025.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Currículo Referência Rio SEE/RJ: Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

<https://observatorio.movimentopelabase.org.br/novo-ensino-medio/>. Acesso em: junho de 2025.

SEGURA, Denise S. Baena. Educação ambiental nos projetos transversais In: MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (Coords.) *Vamos cuidar do Brasil? Conceitos e práticas em Educação Ambiental*. Brasília, DF: Ministério da Educação (Coordenação Geral de Educação Ambiental); Ministério do Meio Ambiente (Departamento de Educação Ambiental), UNESCO, 2007, p. 95-101.

SILVA, Ileizi Fiorelli. O ensino de Sociologia e a BNCC. In: BRUNETTA, Altair Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (orgs.). *Dicionário do ensino de Sociologia*. Maceió: Café com Sociologia, 2020. p. 51–55.

TOMMASIELLO, M. G. C.; ROCHA, E. M. P. da; MASHI, E. M. M. B. A educação ambiental como tema transversal no ensino médio na perspectiva de professores. *Comunicações*, Piracicaba, SP, ano 22, n. esp. 2, p. 35–64, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v22n2ep35-64>. Acesso em: junho de 2055.

UNESCO; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Recursos educacionais abertos: guia para elaboração de políticas*. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000191567\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000191567_por). Acesso em: 20 jun. 2025.

VIEIRA, A. de H. P.; PAUL, J-J; BARBOSA, M. L. de O. A entrada dos egressos de licenciaturas da educação superior na docência. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v. 28, e023006, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100006> Acesso em: junho de 2025.



## **ANEXO 1**

### **PROJETO CONEXÕES SOCIOLOGICAS (PRODOCÊNCIA/Uerj)**

#### **Sequência didática do Módulo Meio Ambiente e Sociedade voltado para o Ensino Médio (Recurso Educacional Aberto do site Conexões Sociológicas)**

Unidade 1: Um mundo só: 1) As ciências sociais e o meio ambiente, 2) Culturas e Natureza;

Unidade 2: A crise ambiental que produzimos: 1) Como o capitalismo alterou nossa relação com a natureza?, 2) Questões ambientais contemporâneas;

Unidade 3: Crise ambiental e desigualdades: 1) Estratificação social e crise ambiental, 2) Racismo ambiental;

Unidade 4: Poder político e meio ambiente: 1) Responsabilidades ambientais do Estado brasileiro, 2) Políticas públicas de meio ambiente;

Unidade 5: A nova ordem mundial e o meio ambiente: 1) Organizações internacionais, tratados e conferências sobre meio ambiente; 2) Deslocados ambientais;

Unidade 6: Cidadania ambiental: 1) Movimentos sociais ambientalistas; 2) Direitos e deveres de cidadania;

Unidade 7: Juventude e protagonismo ambiental: 1) Juventude e a nova consciência ambiental, 2) Caminhos para ação.





## ANEXO 2

### Proposta de disciplina para Graduação

**Curso:** Licenciatura/Bacharelado em Ciências Sociais

**Disciplina eletiva:** Tópico Especial em Sociologia

**Tema da disciplina:** Meio Ambiente e Sociedade nas Ciências Sociais

**Carga horária:** 60h (4 créditos)

**Formato:** semestral (18 semanas)

#### **Ementa:**

A relação natureza-sociedade nas Ciências Sociais e os campos disciplinares Sociologia Ambiental, Ecologia Política e Antropologia Ambiental. Teoria Social contemporânea e problematização das bases epistêmicas do pensamento ambiental hegemônico. Pesquisas emergentes sobre questões ambientais nas Ciências Sociais e suas perspectivas metodológicas. Análise das desigualdades socioambientais, conflitos ecológicos, cosmologias diversas e saberes territoriais.

#### **Objetivos:**

- Compreender os fundamentos teóricos e históricos dos campos disciplinares da Sociologia Ambiental, Ecologia Política e Antropologia Ambiental e suas abordagens sobre a crise ambiental contemporânea.
- Identificar e problematizar as bases epistêmicas do pensamento ambiental moderno, como o dualismo natureza/cultura, a visão antropocêntrica e a racionalidade instrumental.
- Estudar autores e correntes da teoria social contemporânea que contribuam para uma leitura crítica das relações entre sociedade e natureza, incluindo abordagens latino-americanas e descoloniais.
- Mapear pesquisas emergentes nas Ciências Sociais que tratam de temas ambientais, analisando seus enfoques teóricos e metodológicos
- Analisar os conflitos socioambientais em diferentes contextos, com ênfase em desigualdades territoriais, racismo ambiental e disputas por bens comuns.
- Refletir sobre as cosmologias não ocidentais e os saberes territoriais, valorizando a diversidade epistêmica na construção de alternativas à crise civilizatória.

#### **Programa:**

1. O debate socioambiental nas Ciências Sociais. Crítica ao modelo de desenvolvimento e à racionalidade instrumental.
2. Apresentação do campo da Antropologia Ambiental. Território e cultura. Cosmologias não ocidentais e práticas ambientais indígenas e quilombolas.
3. Apresentação do campo da Sociologia Ambiental. Transformações ecológicas e desigualdade social. Racismo ambiental e justiça ambiental como categorias analíticas.
4. Apresentação do campo da Ecologia Política. Meio ambiente como questão política: trabalho, consumo e exclusão ambiental (direitos)
5. Articulação entre Ciências Sociais e Epistemologias do Sul: perspectivas críticas. Ecologia de saberes e tradução intercultural nas disputas ambientais.
6. Pesquisas emergentes sobre questões ambientais nas Ciências Sociais e suas perspectivas metodológicas





### ANEXO 3 Proposta de disciplina para Graduação

**Curso:** Licenciatura em Ciências Sociais

**Disciplina eletiva:** Tópico Especial de Ensino das Ciências Sociais na Educação Básica

**Tema da disciplina:** Meio Ambiente e o Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica.

**Carga horária:** 60h (4 créditos)

**Formato:** semestral (18 semanas)

**Ementa:**

Perspectivas disciplinares, interdisciplinares e transversais no Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica sobre a relação natureza-sociedade. Marcos legais e estudos das políticas públicas e curriculares sobre Educação Ambiental no Brasil. Contribuições teórico-metodológicas da Educação Ambiental Crítica (EAC) para a formação e prática docente. Planejamento de práticas educativas sobre meio ambiente e sociedade ancoradas em territórios, juventudes e justiça socioambiental. Análise e elaboração de projetos didáticos e intervenções escolares pautadas na dialogicidade e na cidadania ambiental.

**Objetivos:**

- Analisar os fundamentos e categorias centrais da Sociologia Ambiental, da Antropologia Ambiental e da Ecologia Política, compreendendo suas abordagens sobre os conflitos socioambientais e os modos de apropriação da natureza.
- Discutir os aportes das Epistemologias do Sul para a crítica ao pensamento hegemônico moderno e para a valorização de saberes locais, tradicionais e subalternizados na construção do conhecimento social e ambiental.
- Refletir sobre o lugar da Educação Ambiental no ensino de Ciências Sociais, considerando seu potencial de articulação entre currículo escolar, território e participação cidadã.
- Elaborar propostas de ensino e projetos pedagógicos contextualizados e críticos, que mobilizem os conhecimentos das Ciências Sociais para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar realidades socioambientais.
- Exercitar a articulação entre teoria e prática docente, desenvolvendo autonomia pedagógica e capacidade de intervenção no currículo escolar por meio de estratégias participativas e territorializadas.

**Programa:**

1. O debate socioambiental nas Ciências Sociais e sua contextualização nos currículos escolares.
2. História, políticas públicas e expansão da Educação Ambiental (EA) no Brasil – balanço e desafios.
3. Concepções e paradigmas da Educação Ambiental. A perspectiva da Educação Ambiental Crítica (EAC).
4. Abordagem disciplinar no Ensino de Ciências Sociais na EB sobre questões ambientais. Análise curricular; análise e desenvolvimento de materiais didáticos. Planejamento pedagógico.
5. Interdisciplinaridade e transversalidade da EAC na educação escolar. Análise de práticas escolares e de ensino; projeto político pedagógico (PPP); projetos de intervenção socioambiental como caminho para ambientalização da experiência escolar.

